

Professor primário no Ceará provincial: formação e profissão docente¹

Adriana Madja dos Santos Feitosa²

Diana Nara da Silva Oliveira³

Resumo: Este artigo trata da formação e profissão docente na segunda metade dos anos oitocentos na província cearense e visa compreender as mudanças ocorridas na preparação do mestre-escola e suas consequências para a produção de um novo professor primário. O estudo norteou-se pela questão: quais foram as mudanças ocorridas nos formatos de preparação do professor primário cearense e seus efeitos na profissão docente? Em termos metodológicos, o escrito apoia-se na abordagem qualitativa à luz da Ciência Histórica, a partir da análise de fontes documentais disponíveis dos acervos da Biblioteca Menezes Pimentel (BMP), Instituto Histórico do Ceará (IHC) e Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). A interpretação dos documentos apontou dois modelos de preparação do professorado primário: o prático de ensino, centrado nas escolas, e o acadêmico, direcionado nas instituições e em conhecimentos da metodologia de ensino. Ficou evidenciada a supremacia dos exames de capacidade para o ingresso na profissão docente e o momento da substituição da preparação do modelo prático, do professor adjunto, pelo acadêmico da escola normal, que produziu um novo professor primário no final do século XIX no Ceará.

Palavras-chave: História da educação cearense. Formação de professores. Profissão docente. Professor primário. Escola Normal.

Abstract: This article deals with the training and profession of teachers, in the second half of the eighties in the province of Ceará and aims to understand the changes that occurred in the preparation of the schoolmaster and its consequences for the production of a new primary teacher. The study is guided by the question: what changes have occurred in the preparation formats of the primary school teacher in Ceará and its effects on the teaching profession? In methodological terms, the writing is based on the qualitative approach in the light of historical science based on the analysis of available documentary sources from the collections of the Menezes Pimentel Library (BMP), Historical Institute of Ceará (IHC) and the Public Archive of the State of Ceará (APEC). The interpretation of these documents found two models

¹ O artigo é um recorte da dissertação, intitulada: “Escola Primária na Província do Ceará: organização e formação docente”, de autoria de Adriana Madja dos Santos Feitosa, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, trabalho defendido em 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp083093.pdf>. A pesquisa recebeu incentivos da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará; Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará; Pedagoga da Universidade Federal do Ceará. Lattes; E-mail: adrianamadja@gmail.com.

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará; Mestre em Educação e Ensino pela Universidade Estadual do Ceará; Membro do grupo de estudos: Aspectos históricos e atuais sobre as políticas públicas de formação docente no Brasil vinculado à UFC, coordenado pelo professor Luís Távora Furtado Ribeiro e Professora Substituta da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: dianasilvaa3@hotmail.com.

of preparation for the primary teaching profession: the teaching practice, centered on schools and the academic, directed at institutions and knowledge of teaching methodology. It became evident that the supremacy of the capacity exams for the entrance of the teaching profession and the moment of substituting the preparation of the practical model, of the adjunct professor, by the academic of the Normal School that produced a new primary teacher at the end of the 19th century in Ceará.

Keywords: History of Ceará Education. Teacher Training. Teaching Profession. Primary Teacher. Normal School.

Primary teacher in the provincial Ceará: formation and teaching profession

Notas introdutórias

Este ensaio sobre a história da formação de professores e sobre os primeiros passos à profissionalização do professor primário cearense objetiva compreender os modelos de habilitação de professores da segunda metade do século XIX no Ceará, reconhecendo as mudanças ocorridas nos modelos formativos que favoreceram a produção do novo professor primário, norteando-se pela seguinte questão: quais foram as mudanças ocorridas nos formatos de preparação do professor primário cearense e seus efeitos na profissão docente?

Fruto do recorte da pesquisa realizada sobre a escola primária cearense da segunda metade do século XIX, que, sobretudo, procurou compreender os vínculos e os significados entre a organização do ensino e a formação docente (FEITOSA, 2008), este artigo apresenta as evidências e as análises das mudanças do modelo de formação do mestre-escola, para outro de perspectiva acadêmica, realizado no espaço da escola e com a inserção dos conhecimentos didáticos e metodológicos do ensino.

Para interpretação das mudanças ocorridas nos modelos formativos e da profissionalidade docente, utilizou-se a abordagem qualitativa assentada na seara da Ciência Histórica com o uso dos procedimentos da pesquisa Histórica à luz da Nova História (LE GOFF, 1992, 2005) e seus respectivos conceitos de tempo e documentos históricos. Foram analisadas fontes documentais como leis educacionais, regulamentos da instrução pública, regimentos de escolas públicas, relatórios provinciais, ofícios de professores e exames de capacidade selecionados nos acervos da Biblioteca Menezes Pimentel (BMP), Instituto Histórico do Ceará (IHC) e arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

As interpretações históricas deste estudo ocorrem no contexto dos últimos anos do Estado imperial, quando se encontram as propriedades de um sistema de ensino em formação a favor da padronização do currículo, dos métodos de ensino e de exigências iniciais à preparação dos docentes primários (SAVIANI, 2006, 2007, 2009). O Estado buscava unificar/homogeneizar a instrução primária adotando em método, definindo conteúdos, autorizando ou proibindo livros, estabelecendo normas burocráticas a serem seguidas pelas escolas para o início da profissão docente no Brasil e Ceará (DINIZ, 2008; FEITOSA, 2008; SILVA, 2009; VILELLA, 2003).

Nesta análise recorre-se aos estudos teóricos contemporâneos sobre modelos formativos e etapas da evolução da profissão docente de Nóvoa (1995, 1997, 1998) e dos estudos de GÓMES (1998) e SACRISTÁN (1995) que apresentam as perspectivas dominantes no discurso teórico e no desenvolvimento prático da formação docente e as influências dos modelos de escola, ensino e currículo para as perspectivas de formação peculiares a cada época.

Apresenta-se, primeiramente, a perspectiva do modelo prático de ensino do professor adjunto e os exames de capacidade para a preparação e o ingresso dos futuros professores, caracterizando e analisando suas possibilidades e limites. Na segunda parte, as discussões versam sobre a substituição do modelo prático para o teórico acadêmico da escola normal para a habilitação docente e as mudanças iniciais para a definição de um novo perfil de profissional do magistério cearense.

O Ensino Prático do Professor Adjunto e os Exames de Capacidade Profissional para a habilitação dos professores primários

A compreensão que se tem sobre a habilitação de professores no Ceará evoca as experiências individuais e coletivas realizadas em escolas normais no curso pedagógico e nas universidades ou faculdades em cursos de licenciatura. Contudo, até a década de oitenta do século XIX, eram nas escolas primárias com o contato direto, junto do professor experiente, que os futuros professores eram formados na província cearense. Nestes ambientes, o mestre-aprendiz deveria, por meio da observação da prática de um professor designado pelo diretor da Instrução Pública, realizar o tirocínio, treinamento em que os aspirantes praticavam o ensino antes de receber o título de professor primário.

Este passado distante da habilitação dos professores cearenses contava também com

os exames de capacidade, testes realizados por aspirantes ao cargo. O que foram esses exames de capacidade profissional? Os exames foram instituídos no Ceará, pelo Regulamento da Instrução Pública, de 02 de janeiro de 1855, e tornaram-se suportes legais do exercício da atividade docente, definindo competências, conhecimentos e saberes, para desempenho e recrutamento de professores, contribuindo na delimitação do campo profissional de ensino e na atribuição ao professorado do direito exclusivo de intervenção na área. Dessa forma, os exames funcionavam “como uma espécie de aval do Estado ao grupo docente, que adquire, por esta via, uma legitimação oficial de sua atividade” (NÓVOA, 1995, p. 17).

Para a realização dos exames de habilitação, os aspirantes ao magistério primário público tinham que cumprir requisitos expressos nos regulamentos da instrução pública do período⁴. A pessoa, para habilitar-se ao título, deveria ser cidadão brasileiro e comprovar inicialmente a maioridade legal⁵, apresentar folha corrida dos lugares em que residia, pelo menos, no intervalo de 03 anos, atestado de conduta moral do pároco e certificado dos estudos práticos, por três meses, em escolas da capital da província, do ensino primário de primeiro grau (instrução elementar) e/ou de segundo grau (instrução média) pelo professor titular. Desta forma, o professor primário conseguiria adquirir a habilitação para o exercício profissional nos setores público e privado. Observa-se nas intenções expressas nas normativas cearenses sobre o ingresso ao magistério à época o início de profissionalização do professorado que, segundo Nóvoa (1995), acompanha-se de uma política de normalização e de controle estatal.

Os candidatos deviam provar a capacidade profissional mediante exames orais e escritos, cujas questões tratavam sobre programas de matérias e os conhecimentos dos deveres ou da legislação que rege a instrução pública na província. Destaca-se que para as candidatas eram elaboradas questões que versavam sobre bordados e prendas domésticas. Entretanto, em relação às provas, os conteúdos dos exames eram semelhantes aos exigidos pelos alunos e alunas da instrução primária e secundária. O que diferenciava era o questionamento sobre prática e métodos de ensino. Os professores ministravam os conhecimentos elementares de leitura e escrita, aritmética e catecismo, que eram os mesmos exigidos para o ingresso e

⁴ A reforma da Instrução Pública de 1855 foi regulada pelos seguintes dispositivos: Regulamento da Instrução Pública de 02 de janeiro de 1855; Instruções para verificação de capacidade para o magistério de 21 de maio de 1855; Regimento interno provisório de 20 de março de 1856 e Instruções para professores de 08 de abril de 1856; Regulamento Geral das escolas primária de 11 de abril de 185 e Resolução de 23 de dezembro de 1870.

⁵ Maioridade legal com certidão de idade de 21 anos para os homens; e para as mulheres; é exigida a certidão de idade de 25 anos. Exigem-se para as mulheres as certidões de casamento e/ou certidões públicas na forma de sentença de divórcio, caso vivam separadas do marido.

preparação profissional, excetuando-se os conhecimentos pedagógicos que se referem, sobretudo, à prática de ensino.

Em discussão sobre os exames de capacidade para habilitação do futuro professor, o diretor da Instrução Pública, Hyppolito Gomes Brasil, em 1866, considera incompleta a sistemática de titulação dos exames de capacidade, pois se limitam às matérias do ensino primário, desconsiderando conhecimentos didáticos, somente exigidos em tirocínio. Eis, abaixo, trecho do Relatório:

Os exames a que se sujeitam os candidatos ao professorado são incompletos; apenas exige-se que exibem provas de conhecer as matérias que se propõem a ensinar, tenham, ou não aptidão para transmitir-as à mocidade que tem de ser confiada a seus cuidados.

A didática uma das partes essenciais do exame é omitida, formando-se a lei exigir o pequeno tirocínio de um mês em uma das escolas desta capital para obtenção dos conhecimentos práticos de reger uma escola.

Neste modelo de habilitação da perspectiva prática, a atividade artesanal é um processo de tentativa e erro e os professores repetem a prática do professor experiente e não há espaços de discussões teóricas e nem tampouco reflexões sobre seus momentos de preparação (GÓMEZ, 1998). No quadro abaixo são detalhados os conteúdos para os exames de professores da instrução elementar e média.

Quadro I: Programa do exame de capacidade profissional

MAGISTÉRIO PRIMÁRIO	PROGRAMA
Primeiro Grau (Instrução Elementar)	Instrução Moral e Religiosa; Catecismo e História Sagrada (Antigo Testamento e Novo Testamento); Leitura (Impressos e Manuscritos); Escrita em Letras e Ordinais Maiúsculas (Bastardo; Bastardinho e Cursiva); Elementos da Gramática Portuguesa (Gramática e Ortografia) e (Análise gramatical de frases ditadas e teoria e prática); Elementos de Cálculo; numeração, adição, subtração, multiplicação, divisão e proporções, aplicação de números inteiros, quebrados, complexos e decimais (teoria e prática); Sistema usual de pesos e medidas da província e do Império. Conhecimentos dos deveres ou da legislação que rege a instrução pública na província.

Segundo Grau (Instrução Média)	Tudo que fica compreendido no programa para a instrução elementar acrescidos das seguintes matérias: Proporções nas regras de três, de juros, de desconto, etc. Elementos de geometria com a aplicação aos misteres ordinários das artes, como ângulos perpendiculares, paralelos, superfície dos triângulos, dos quadriláteros, círculos, polígonos, volume dos corpos mais simples; Elementos geografia e de história do Brasil, noções sobre a esfera.
-----------------------------------	--

Fonte: Portaria para a Verificação de Capacidade para o Magistério de 21 de maio de 1855- (FEITOSA, 2008, p.70).

As análises dos documentos legais, dos relatórios dos diretores da instrução pública para os presidentes provinciais e do livro de exames de capacidade identificaram os exames de capacidade como protagonistas na habilitação dos futuros professores primários cearenses. Essa posição é confirmada nos dados do “Livro de Exames de Capacidade Profissional entre 1874 a 1884” da Diretora da Instrução Pública. Nesse período, cento e quarenta e cinco candidatos (as), com cento e trinta e quatro aprovações, realizaram o exame de capacidade. As provas de comprovação de conhecimentos para o exercício do magistério, estabelecidas pela Reforma de 1855, perduraram até 1884, quando se iniciou os estudos da Escola Normal de Fortaleza, conforme registros do Livro de Exames (1874-1884).

Anterior à criação da Escola Normal na província cearense, outro modelo de perspectiva prática, aplicado para a preparação do professorado no período, consistiu o modo prático do Professor Adjunto realizado em escolas primárias e secundárias. Os adjuntos eram alunos, preferencialmente pobres e com bom aproveitamento do ensino primário, que iniciando na profissão eram examinados ao final do período de preparação por meio de exames gerais. Os alunos lotados em escolas aperfeiçoavam-se em matérias e na prática primária durante três anos. Compreendia como componente da preparação dos adjuntos o auxílio aos professores nos trabalhos de escrituração da aula, na chamada diária, regência de classes, inspeção de alunos, na tomada de pontos de matérias e, até mesmo, na substituição de professor titular (FEITOSA, 2008).

Os administradores da Instrução Pública cearense, ao final de cada ano, avaliavam os professores adjuntos por meio de exames apreciados por comissão, observavam o aproveitamento em estudos práticos nas matérias de ensino primário, métodos de ensino e direção de escola. A cada ano letivo, os adjuntos eram avaliados para o acompanhamento da formação. Os resultados destes exames anuais determinavam ou não a continuidade do exercício da função e, conseqüentemente, da preparação profissional. Ao fim do terceiro ano

de prática eram avaliados e, caso aprovados, recebiam o título de capacidade profissional e continuavam lotados em escolas públicas.

Os exames gerais de adjuntos identificaram que os professores regentes apreciavam e atestavam a frequência do candidato e sua habilidade com a prática de ensino no período obrigatório mínimo de prática. Ao observar a solicitação, em 1º de julho de 1869, da candidata Josefa Águida de Oliveira para o exercício do modo prático de ensino, o atestado, datado de 31 de julho do mesmo ano, concedido pela professora Cornelia Altina de Souza Beserra, confirma critérios de frequência e da aptidão para a avaliação do magistério nesse período: “Attesto que a Senr. ^a D. Jozepha Águida de Oliveira, fez durante este mês o tirocínio, ordenado pelo Regulamento da Instrucção Publica, revelando inteligência e aptidão para o magistério, sendo o tirocínio feito em minha escola”.

Conforme os atestos dos professores Tristão Pacheco Spinosa e Joaquim Alves de Carvalho evidencia-se o cumprimento do treinamento em escolas como etapa obrigatória à titulação do futuro professor. O procedimento é revelado pela solicitação do aspirante José Luiz de Queiroz Jucá Júnior, de 16 de janeiro de 1874, para o tirocínio e a apreciação dos dois professores. Eis os atestados em graus distintos da instrução primária nas linhas abaixo:

Attesto que o Senr' José Luiz de Queiroz Jucá Junior freqüentando esta escola desde 17 de janeiro do corrente ano até a presente data, feito com assiduidade e aproveitamento quanto ao modo assiduidade e aproveitamento quanto ao modo prático do ensino, mostrando além disto, gosto para o magistério.

2ª escola Pública do 1ª Grão da Cid. ^e da fortaleza de 17 de maio de 1874.

O professor, Tristão Pacheco Spinosa

Attesto que Senr' José Luiz de Queiroz Jucá Junior p. ^{or} matricular-se n'aula que dirijo, para estudar o modo prático do ensino dia 17 de Maio, e que freqüentou até hoje com aproveitamento. Ceará 17 de junho de 1874.

O professor, Joaq.^m Alves de Carvalho.

Os critérios de julgamento informados pelos mestres-escolas atestam bom aproveitamento no ensino prático em suas escolas para os candidatos José Luiz de Queiroz Jucá Júnior e Jozepha Águida de Oliveira, confere-lhes aptidão para as próximas etapas de titulação de professores. Em face dos atestados, observa-se que os professores experientes julgam a assiduidade dos futuros professores, apreciam a inteligência, a aptidão e o bom gosto no magistério dos aspirantes. Embora os critérios de avaliação não estejam claros, pois neste estudo não foram encontradas evidências que explicitam o que os professores consideraram nesses parâmetros, os atestados indicam algumas práticas do cumprimento da política de preparação profissional no período.

Esses modos de habilitação profissional do exame de capacidade e do professor adjunto estão apoiados nas referências formativas do enfoque prático tradicional, em que os aspirantes ao magistério devem aprender o ofício docente com o mestre-escola. A *perspectiva prática* supõe a valorização das experiências transmitidas pelo mestre aos futuros alunos–mestres. Consta, basicamente, de ensino por imitação da ação observada e orientada pelo tutor em ambiente (cenário) que permite fazer experiências de conhecimentos adquiridos. Gómez (1998, p. 363) concebe essa abordagem como:

[...] uma atividade artesanal. O conhecimento sobre a mesma foi se acumulando lentamente ao longo dos séculos por um processo de tentativa e erro, originando uma sabedoria profissional que se transmite de geração em geração, mediante o contato direto e prolongado com a prática especializada do professor/a experiente. O conhecimento profissional é tácito, escassamente verbalizado e menos ainda teoricamente organizado; está presente no bom desempenho do docente experiente.

Os documentos examinados não foram suficientes para interpretar com mais detalhes esses modelos formativos desenvolvidos na preparação dos professores primários. Persiste, neste estudo, a dúvida sobre as atividades desenvolvidas pelos futuros professores nesses estudos e como os futuros professores desenvolviam as atividades junto ao mestre experiente. Os aspirantes, candidatos de exames de capacidades, observam somente as práticas dos professores experientes ou realizam outras atividades em sala de aula durante seu tirocínio? Vestígio dessa prática é relevado em ofício datado de 11 de maio de 1870, pelo professor de aula pública do 2º Grau, Joaquim Alves de Carvalho, ao diretor da Instrução Pública, José de Lourenço de Castro. No ofício, o professor solicita um adjunto, pois, embora conte com cinco aspirantes, os mesmos não têm, contudo, competências de adjuntos. Eis a cópia do trecho em destaque do ofício:

O Senr^o Fr.^o. Fontalles Bezerril foi alumno de minha escola, e durante o tempo em que a frequentou, sempre apresentou conducta, e habilidade. Que presentem.^e pração em minha aula cinco aspirantes ao magistério que me auxilião mas que este auxilio não é duradouro, visto que os mesmos aspirantes deixão de praticar logo que completão sue tirocinio. Ditos há na escola certos trabalhos que são da competência dos adjuntos, bem como abrir a aula, assistir a reunião dos alumnos, fazer chamada e escripturação da casa, no que, parece-me, no deve empregar ditos aspirantes, e nem é de suas atribuições. Julgo por tanto de necessidade a nomeação de um adjunto p^a. minha escola, que hoje conta matriculados 157 alumnos.

No ofício são identificadas as funções dos adjuntos e dos aspirantes que realizam o estágio do modo prático de ensino como pré-requisito para o exame de capacidade profissional. No entanto, continuam vazios para a reconstrução das suas funções exercidas nas escolas primárias e como os professores experientes julgam seus estudos durante o tirocínio. Na prova de aritmética do candidato José de Luiz de Queiroz Jucá em junho de 1874, constatou-se que o candidato responde questões sobre números inteiros, proporções numéricas e cálculos conteúdo do sistema de pesos e medidas, evidenciando os conhecimentos exigidos pelos professores nesses estudos práticos. A comissão examinadora julgava a realização dos cálculos, se foram feitos com exatidão e se apresentam na sistematização os conhecimentos didáticos em procedimentos que facilitam a ordenação, de modo prático ou método para essa matéria.

Na província cearense, mesmo que as Instruções de Exames de Capacidade Profissional, Concursos e Provimientos das Cadeiras Públicas Primárias, de 1874, estabeleçam no Art. 4º que “ninguém será admitido a exame de capacidade profissional sem exhibir atestado com aproveitamento”, regulamentações anteriores⁶ dispensaram dos estudos práticos os bacharéis, acadêmicos de faculdades ou escolas superiores, clérigos e alunos do liceu. Essa norma permitiu para candidatos a realização dos exames capacidade sem a comprovação da prática mínima do ensino em escolas primárias e evidenciou também os sujeitos que na ordem social da província cearense desfrutavam prestigiado valor. Ser professor primário à época bastava saber ler, escrever, contar e possuir o título acadêmico.

Pode-se dizer que na habilitação do professorado no século XIX, no Ceará, o destaque foi o modelo prático de formação, até o ano de 1884, quando começam as atividades da Escola Normal, ainda que o Regulamento de 1881 estabeleça essa instituição como a única responsável pela titulação da capacidade profissional. A inserção profissional por meio de exames e do professor adjunto ocorre até o início do curso normal, quando é instituído o espaço específico de preparação do magistério primário cearense que permaneceu até o final do século XX.

A Substituição do modelo Prático de Ensino para o Teórico Acadêmico da Escola Normal

A Escola Normal e o seu modelo formativo instituem-se pouco a pouco no sistema

⁶ Regulamento de 19 de dezembro de 1873, artigo 80 (FEITOSA, 2008).

provincial cearense. A efetivação dessa formação com característica acadêmica é o resultado das novas orientações pedagógicas que priorizam os conhecimentos teóricos e didáticos no processo de preparação profissional e na organização do ensino primário da segunda metade do século XIX.

Assim, na província, já em 1864, houve discussões para a criação de espaços formativos das escolas normais, apontando novas exigências de ingresso na profissão docente. Há quem diga, nesse momento histórico, que o espaço da escola normal seria o ideal para a habilitação de novos professores. Exemplo dessa não aceitação é o Relatório provincial de 1864, extraído de Primitivo Moacyr, (1939, p. 334):

Não temos escolas normais, nem uma condição para o provimento que o aspirante tenha adquirido prática do ensino, como ajudante ou professor adjunto. Apenas um dispositivo regulamentar exige a frequência de alguma das escolas desta capital durante um mês, para que o candidato possa ser admitido a concurso. Em outro ensaiou-se a criação de professores adjuntos de um modo imperfeito.

A preparação profissional pela prática de ensino não é uma proposta bem aceita entre os todos intelectuais e administradores cearenses do período. Crítico do modelo prático do professor adjunto, o diretor da Instrução Pública, Hyppolito Gomes Brasil (1865-1866), defende que os professores primários devem ser preparados em espaços pedagógicos de Escolas Normais apropriados à aprendizagem dos conhecimentos para o exercício satisfatório dos deveres profissionais. Assim, afirma trecho do Relatório, de 19 de junho de 1865:

Professores não se improvisão, além do comportamento das matérias exigidas para o ensino, he mister que tenham dedicação e habito. Com essas poucas habilitações, entregues á si, sem inspecção, não he de estranhar que não saibão satisfazer completamente seus deveres.

Nos discursos dos administradores e intelectuais da época, a criação de escolas-modelo para a preparação do professorado cearense foi recorrente na tentativa de restabelecimento do modelo acadêmico da escola normal, instituído em 1827, na Lei Geral da Educação⁷. De acordo com Saviani (2009), a necessidade de preparação docente surge após a

⁷ Após a promulgação do Ato Adicional de 1834, que colocou a instrução primária sob responsabilidade das províncias, estas tendem a adotar, para formação dos professores, a via que vinha sendo seguida nos países europeus: a criação de Escolas Normais. A Província do Rio de Janeiro sai à frente, instituindo em Niterói, já em 1835, a primeira Escola Normal do país. Esse caminho foi seguido pela maioria das províncias ainda no século XIX, na seguinte ordem: Bahia, 1836; Mato Grosso, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869; Paraná e Sergipe, 1870; Espírito Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e

independência.

No Brasil a questão do preparo de professores emerge de forma explícita após a independência, quando se cogita da organização da instrução popular. A partir daí, examinando-se a questão pedagógica em articulação com as transformações que se processaram na sociedade brasileira ao longo dos últimos dois séculos (SAVIANI, 2009, p.143).

Sobressai também o propósito da administração de Hyppolito Gomes Brasil para a instalação de escola de professores, identificado em Relatório de 31 de dezembro de 1865. Nele, têm-se a situação de construção do edifício e a preocupação pedagógica do diretor da Instrução na preparação do professor para a regência da escola.

Ainda não está concluído o edifício em que deve funcionar essa escola, nem nomeado o professor que a deve reger, achando-se porem o edificio já bem adiantado e com toda a probabilidade de ficar prompto até março próximo futuro, muito occorrerá tratar-se logo do provimento d'esta importante cadeira. Minha opinião, como já tive occasião de pessoalmente apresental-a a V. Ex.^a, he que para reger esta escola mande um professor desses preparados nas escolas normais do Rio de Janeiro ou da Bahia, ou que se designe em dos nossos professores, que mais se distinga pela sua intelligência e vocação, para ir praticar quatro ou seis meses em uma das referidas escolas, e depois desse tirocínio ser então provido. Continuando e que muito aproveitará, eu assisto nisso: V. Ex.^a entretanto tome-a na consideração que lhe merecer.

Hyppolito Gomes Brasil, em Relatório de 02 de junho de 1866, continua informando ao presidente da província os preparativos para a instalação da escola de professores:

Esta escola creada pelo art. 6 da Lei Nº 1138 de 5 de Dezembro de 1864, ainda não pode ser inaugurada.

Nem Eedificio, onde elle deve funcionar está concluído, nem ainda nomeado o professor que deverá reger. Acha-a porém em boa via de execução e disfeitos as coisas para poder se ella inaugurada ainda este anno.

O Edificio que he uma casa com accomodação appropriados á seo fim, a um exterior elegante, murada, tendo na frente em gradil de ferro; o edificio, digo, está muito adiantado, e segundo promette o engenheiro encarregado desta obra, deve estar prompto por todo o mês de Julho.

O individuo que diz ser nomeado professor d'esta escola o Senr' José Barcellos, moço intelligente, talentoso, acha-se na Bahia, onde por ordem d'essa presidência, foi alli praticar três meses na escola normal, afim de completar todas as habilitações que são exigidas, reunidos as literárias que já tem, as pedagogicas, de que se não pode precindir.

Já tendo, segundo communicou-me, dado começo ao seo tirocinio no principio do mês de abril, deu terminado até o fim do mês de junho corrente,

Santa Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885; Maranhão, 1890. Essas escolas, entretanto, tiveram existência intermitente, sendo fechadas e reabertas periodicamente (SAVIANI, 2009, p. 143).

podendo achar-a aqui de volta por todo o mês de julho próximo futuro.

A leitura do trecho destacado do relatório indica desvelo do gestor educacional na organização do espaço para preparação de futuros professores. Observa-se, ainda, a indicação de José Barcellos⁸, professor da escola, para assumir a função do professor. A proposta é deixada de lado na gestão do diretor da Instrução Pública, José Lourenço de Castro Silva⁹, que indica nesse trecho do Relatório de 30 de julho de 1869 a nova finalidade determinada para esse espaço.

Baldarão-se todas as esperanças de sua criação depois de imensos gastos. Se magestoso edifício depois de concluído, foi destinado para a Biblioteca, mallogrando-se a tão esperançosa escola normal! A criação desta dama por certo, feliz-resultado tendo um ensino regular e methodico. Devia-se esperar mais d'aquelles que tendo este ensino se habituarão desde logo ao professorado, aprendendo a saber dirigir – seos futuros discípulos.

De tal modo, frustradas definitivamente as esperanças da escola de preparação dos professores primários, os aspirantes à profissão deveriam seguir as orientações do Ato de 20 de março de 1864, obrigados a comprovarem tirocínio em aula de segundo Grau, conforme relatório do diretor Domingo José Nogueira Jaguaribe:

Por ato de V. Ex.^a de 20 deste mês, tendo sido de entre as Cadeiras desta Capital, elevado o 2º Grau a que é regida pelo Professor Joaquim Alves de Carvalho, para servir de aula publica, digo pratica as aspirantes ao magistério e antes deste tudo V. Ex.^a decidida por acto de 24 do mês passado – que as Cadeiras do sexo masculino só fossem postas em Concurso depois da designação daquella aula pratica a fim de os aspirantes praticarem pelo menos seis mezes, na forma da Resolução Provincial N.º 1.138, de 5 de dezembro de 1864, Art. 6 §1, é em consonancia d'essas decisões de V. Ex.^a que tenho deixado de pôr em concurso as Cadeira Vagas do Sexo masculino qual só poderá ter lugar 6 meses depois daquella designação, como já fiz publico por editais e pela imprensa.

Destarte, transcorridos 18 anos da proposta de criação dessa escola, as intenções e ações administrativas de Hyppolito Gomes Brasil, em favor do espaço de preparação, não podem ser vistas como mais um arranjo da organização de ensino para a habilitação do professor cearense. A iniciativa administrativa configurou-se como uma ação efetiva de implantação do modelo formativo acadêmico no Ceará mesmo que não tenha sido

⁸ José de Barcellos foi o primeiro diretor e professor da Prática de Ensino da Escola Normal do Ceará.

⁹ Os Relatórios provinciais e os ofícios dos professores reconhecem o diretor José Lourenço de Castro Silva como diretor geral da Instrução Pública do Ceará nos seguintes anos: 1867, 1870, 1871, 1872.

concretizada.

Identificou-se, assim, nas intenções políticas e pedagógicas do período, a coexistência dos enfoques prático e acadêmico, quando foi criada a Escola Normal nos anos de 1881 a 1884 pelos documentos da Escola Normal e dos registros de exames e nos relatórios dos diretores da instrução pública no Ceará. Esse período representa o tempo de passagem entre os dois modelos que somente se completa nos anos de 1885 e 1886, em que se formam as primeiras professoras na Escola Normal de Fortaleza.

Neste momento que marca a transição, o convívio de dois modelos do sistema educacional da província não é harmônico, pelo contrário, gera discussões e conflitos entre os futuros professores e gestores educacionais, sobre qual seria mais adequado para avaliar a capacidade profissional dos futuros professores. O conflito é exposto em ofício de José de Barcellos, diretor da Escola Normal, ao presidente da província do período, em 05 de agosto de 1885, no qual questiona a aplicação dos exames de capacidade como modelo de habilitação:

Como director desta Escola, corre me o rigoroso dever de representar perante V. Ex.^a contra um acto de máxima gravidade.

Diz o Art. 170 do Regulamento Orgânico que só poderá propor-se ao magistério público quem, entre outros requisitos provar:

Capacidade profissional (§ 5)

Ora, a capacidade profissional como se prova? Dil-o o art. 171 § 5:

Com o diploma conferido pela Escola Normal.

Em nossa atual legislação escolar não há uma palavra sequer, nada, absolutamente nada que altere ou revogue determinação tão expressa.

Entretanto, uma senhora requer à Inspectoria Geral da Instrução Publica para fazer exame de capacidade afim de se inscrever no concurso da cadeira de Boa Viagem; - apetição é deferida, marca-se para o exame o dia de hoje, nomea-sea respectiva comissão!

E a escola normal? É a pergunta que naturalmente se faz.

A efetivação do espaço formativo da Escola Normal cearense como suporte profissional de docência traz a experiência dos seus primeiros professores, José de Barcelos, Francisca Clotilde, Rodolfo Teófilo, Tomás Pompeu de Sousa Brasil, João Lopes Ferreira Filho, João Augusto da Frota, e Justino Domingues da Silva, dentre outros, que com suas práticas e seus ideários pedagógicos inovaram a forma de ensino e de preparação docente no final dos anos oitocentos. Suas inovações estão na forma de organização do espaço formativo e, em especial, na distribuição de conteúdos teóricos e práticos, com a criação das disciplinas específicas para a metodologia do ensino e espaços de aplicação para o ensino de meninos e meninas.

Os programas acadêmicos das escolas normais valorizam conhecimentos teóricos, apresentados como base de análise da prática de programas no final dos cursos de formação. Deste modo, a *perspectiva teórica* tem orientado a formação dos professores, “considerando que a posse de múltiplos saberes, separados e longe da prática, tornaram os professores capazes de executar segundo as orientações das ciências” (SACRISTÁN, 1995, p. 84).

O modelo formativo da escola normal engendrou mudanças no desenvolvimento profissional do professor primário cearense e, também, recebeu as influências das concepções introduzidas pela racionalidade técnica, em programas curriculares modernos, que exigem inovações na prática de ensino e, conseqüentemente, na preparação dos professores. Em conformidade com Silva (2009, p. 11) “a escola normal foi palco onde foram ensaiados os primeiros passos de uma política educacional que visava ampliar o atendimento escolar, pautada nos ideais republicanos de uma educação pública, universal e gratuita”.

As inovações foram notadas, em especial, na ruptura da perspectiva de formação fundamentada na prática, para o especialista (acadêmico ou técnico), característico da modernidade. De acordo com (DINIZ, 2008, p. 72),

Como causas da precariedade da instrução primária, a qualidade dos mestres de primeiras letras, a ausência de uma inspeção eficiente e a falta de estrutura física apropriada para sediar as escolas. Tudo isso agravava o desempenho escolar dos alunos, ocasionando resultados insatisfatórios. Muitas vezes, era ressaltada a importância de melhorar as condições salariais e de trabalho dos professores, porém, a falta de recursos aparecia sempre como empecilho para a concretização de tal iniciativa.

Assim, a implantação da Escola Normal, no ano de 1884, significou um início da priorização de conhecimentos e práticas especializados na formação inicial. Deste modo, a perspectiva formativa acadêmica representou inovações nas práticas de ensino e na produção de novas exigências profissionais para o desempenho da atividade do professor nas últimas décadas do século XIX. A importância profissional das escolas normais é destacada por Nóvoa (1995, p. 18) ao considerar que, “mais que formar profissionais (a título individual), as escolas normais produzem a profissão docente (no âmbito coletivo), contribuindo para a socialização dos seus membros e para a gênese de uma cultura profissional”.

Considerações finais

Nesse estudo sobre a história da formação de professores e sobre o início da

profissionalização do professor primário cearense procurou-se interpretar os modelos de habilitação de professores da segunda metade do século XIX no Ceará, reconhecendo as mudanças ocorridas na habilitação que favoreceram a construção da identidade do novo professor primário permanentes, até hoje, na cultura escolar. A pesquisa permitiu evidenciar que a preparação do professor na segunda metade do século XIX caracterizou-se pela valorização da experiência e da prática que seriam ensinadas pelo mestre experiente para os futuros alunos-mestres.

Os professores primários eram preparados para o exercício do magistério na escola primária observando e ajudando o professor na rotina diária da profissão. No período foram normatizados requisitos à candidatura dos futuros professores e professoras que deveriam comprovar cidadania brasileira, ter maioridade legal, e apresentar folha corrida dos lugares em que residia, pelo menos, no intervalo de 03 anos, atestado de conduta moral do pároco e certificado dos estudos práticos. Exigências que marcam uma nova identidade profissional que pouco a pouco produziu novos hábitos para organização da escola moderna.

Essas exigências, contudo, não foram suficientes para preparar satisfatoriamente os futuros professores primários, pois os exames apenas verificavam conhecimentos elementares e os professores adjuntos apenas repetiam o que era ensinado e avaliado nas matérias dos programas das escolas primárias. Para ser professor exigiam-se os mesmos conhecimentos dos programas de ensino que prepararam o aluno primário e requeridos conhecimentos da legislação do ensino primário e da administração de escolar. Os documentos analisados também não evidenciam detalhes dos critérios de avaliação destes futuros professores, pois não foram encontrados indícios sobre as boas experiências dos adjuntos e como eram os detalhes da avaliação dos candidatos nos exames de capacidade.

As tentativas administrativas de implantação da Escola Normal cearense demoraram a se concretizar devido às mudanças constantes de presidentes e à falta de condições financeiras na província. Constatou-se, no Ceará, que o processo de implantação dessa instituição foi uma construção paulatina, realizada através de ações isoladas de diretores da instrução pública. Villela (2003), analisando a experiência das Escolas Normais nesse período no Brasil, afirma que “durante todo o século XIX esse tipo de formação se caracteriza por um ritmo alternado de avanços e retrocessos, de infindáveis reformas, criações e extinções de escolas normais”.

No referido estudo, verifica-se a supremacia da perspectiva prática, no modelo do Professor Adjunto, na qual os aspirantes aprendiam com os professores experientes. O

ingresso na profissão era feito por meio de exames de capacidade. A substituição desse enfoque ocorre somente no final do século XIX pelo modelo teórico da escola normal. No campo formativo, os modelos teóricos (acadêmicos e técnicos) são mais presentes na atualidade que os práticos. Nóvoa (1995 p. 26), nos estudos de profissionalização e formação, aponta as orientações como indicadoras de práticas formativas de docentes: “Ao longo da sua história, a formação de professores tem oscilado entre modelos acadêmicos, centrados nas instituições e em conhecimentos fundamentais e modelos práticos, centrados nas escolas e em métodos aplicados”.

Com a modernização da organização da escola, a prática docente torna-se complexa e mais competências e conhecimentos especializados são exigidos dos professores. Observa-se a desvalorização gradativa da dimensão prática dos processos formativos, somente retomada em discussões contemporâneas sobre formação docente que tentam romper com o modelo imposto pela racionalidade técnica que indicam a prática reflexiva como perspectiva importante à construção da autonomia docente. Nessa constituição de um ambiente próprio para a formação do professor primário cearense foi constatado que à medida que se privilegia, na modernidade, o conhecimento teórico (disciplinar e pedagógico), o modelo prático é excluído gradativamente do sistema de ensino provincial (NÓVOA, 1995, 1997, 1998).

Pode-se afirmar que a província cearense pouco se importou com a formação do magistério primário e se contentou em realizar exames de capacidade como a política principal para a preparação dos professores primários. A opção política e administrativa pelo enfoque prático na província cearense está presente nas diretrizes que regulamentam o ingresso profissional até o ano de 1884, quando é criada a Escola Normal. Também se reconhece que, à medida que a escola e o currículo se especializam, configuram-se novos modelos formativos, ainda voltados à transmissão de conhecimentos, agora munidos com técnicas e meios mais sofisticados para a viabilização da instrução primária, sob o controle do Estado.

Referências

- DINIZ, Dianaídes Maria Fernandes. **“E o que é um professor, na ordem das coisas?”**: Docência de primeiras letras no Ceará imperial. 2008. 244 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Fortaleza, 2008. Acesso em: 01 set. 2020.
- FEITOSA, Adriana Madja dos Santos. **Escola primária na província do Ceará**: organização e formação docente. 2008. 197 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-

- Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: http://www.uece.br/ppge/wp-content/uploads/sites/29/2019/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o_ADRIANA-MADJA-DOS-SANTOS-FEITOSA.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.
- GOMÉZ, Angel Pérez. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1997. p. 93-114.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1992.
- MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias: Subsídios para a História de Educação no Brasil (1834-1889)**, Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939 (Série brasileiras, 147).
- NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António. (Org.) **Profissão Professor**. 2. ed. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995, p.13-34.
- NÓVOA, António. Relação escola-sociedade: novas respostas para um velho problema. In: SERBINO Raquel Volpato. (Org.). **Formação de professores**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.19-39.
- NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1997, p.15-33.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e ação sobre a prática como libertação dos professores. In: NÓVOA, A. **Profissão Professor**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995. Unicamp, 1992.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 38. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas SP: Autores associados, 2007. (Coleção memória).
- SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.
- SILVA, Maria Goretti Lopes Pereira e. **A Escola Normal do Ceará nos anos de 1930-1950: Palco de Debates Políticos e Pedagógicos no Calor das reformas**. 2009, 235p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira Fortaleza-CE, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5894>. Acesso em: 02 set. 2020.
- VILLELA, Heloísa de O. S. O Mestre-Escola e a Professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 95-134.

Recebido em 08 de agosto de 2020

Aprovado em 05 de dezembro de 2020